

Boletim Regulatório

Direito Administrativo | Regulação | Principais Notícias



SOBRE O PROJETO REGULAÇÃO EM NÚMEROS

O “Regulação em Números” é um projeto institucional da FGV Direito Rio, que tem três missões principais: (i) produzir e difundir conhecimento sobre a atividade regulatória do país; (ii) contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório nacional; e (iii) fomentar boas práticas em regulação.

Desenvolvido no âmbito do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) da FGV Direito Rio, o Regulação em Números reúne pesquisas empíricas, sobretudo de natureza quantitativa, sobre (i) Mecanismos de Participação (audiências e consultas públicas) das agências reguladoras federais, (ii) produção normativa dos órgãos reguladores, (iii) Controle político/legislativo das agências reguladoras e (iv) Controle externo das agências reguladoras.

EQUIPE DO PROJETO

Coordenadores

Sérgio Guerra
Natasha Schmitt Caccia Salinas
Patrícia R. P. Sampaio
Péricles Gonçalves Filho
Eduardo Jordão

Pesquisadores

Lucas Thevenard Gomes
Gabriela Borges Silva
Luiz Guilherme Pessoa Cantarelli
Luiza Castello Branco
Andre Martins Bogossian

Giro de Notícias

Repensando a regulação dos custos nas concessões

ANA e órgãos de controle se aliam por avanço na Lei do Saneamento

Concessões de infraestrutura fracassadas ainda buscam soluções

Setor de infraestrutura testa opções em concessões fracassadas

Mudanças geopolíticas levam ANP a revisar cálculo do preço de referência do petróleo

FDA autoriza vacina contra covid-19 da Pfizer-BioNTech e da Moderna em crianças até 5 e 6 anos

Cedae: Agenssa aprova reajuste de 11,82% em tarifas de água e esgoto no Rio de Janeiro

O “vale da morte” na transição ao baixo carbono

BC antecipa divulgação de texto da nova regulamentação cambial

Selic e risco em alta levam spread ao maior patamar em três anos

Maior das stablecoins, tether zera volume de 'commercial papers' e responde principal questionamento sobre reservas

ANTT altera a tarifa de pedágio da ViaBahia

SISTEMA FINANCEIRO

BC divulga o Relatório de Economia Bancária de 2021

Em 6 de outubro, o Banco Central (BC) divulgou o Relatório de Economia Bancária de 2021. O Relatório apresenta as principais atualidades e repercussões no Sistema Financeiro Nacional no ano de 2021, dentre as quais destaca-se a divulgação da Agenda de Pesquisa 2021-2024, a atualização de indicadores de concentração, rentabilidade e da decomposição do custo do crédito e do spread bancário.

O documento apresenta, ainda, um conjunto de boxes abordando, dentre outros assuntos, os seguintes eixos temáticos: (i) os efeitos de inclusão financeira decorrentes do Pix; (ii) a evolução do crédito rural; (iii) as transformações no panorama competitivo do setor financeiro, decorrentes principalmente da digitalização; (iv) o efeito de mudança no leiaute da fatura de cartão de crédito; e (v) as emissões de títulos relacionados à sustentabilidade por empresas brasileiras. Para maiores informações, acesse o [Relatório](#).

BC divulga minutas de normas relativas à nova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais

O Banco Central divulgou, em 10 de outubro de 2022, as minutas de normas sobre o mercado de câmbio e capitais internacionais, com o resultado das avaliações e discussões oriundas da Consulta Pública nº 90 (CP nº 90), realizada entre 12 de maio e 1º de julho deste ano. As minutas serão avaliadas e deliberadas pelo BC no dia 31 de dezembro de 2022.

CVM divulga Parecer de Orientação sobre criptoativos e o mercado de valores mobiliários

Em 11 de outubro, a CVM publicou o Parecer de Orientação nº 40, que consolida o entendimento da Autarquia sobre as normas aplicáveis aos criptoativos que forem considerados valores mobiliários. Além disso, o documento também apresenta os limites de atuação do regulador, indicando as possíveis formas de normatizar, fiscalizar, supervisionar e disciplinar agentes de mercado.

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal

ICMS: STF invalida mais duas leis estaduais sobre energia elétrica e telecomunicações

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais normas dos Estados de Roraima e Sergipe que fixavam a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para energia elétrica e telecomunicações em patamar superior ao estabelecido para as operações em geral. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 7/10, em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 7118 e 7120) ajuizadas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

Município de São Paulo não pode legislar sobre telecomunicações e radiodifusão

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou sua jurisprudência sobre a inconstitucionalidade de lei municipal de São Paulo (SP) que regule matéria referente a telecomunicações e radiodifusão. [...]

CVM edita Resolução nº 170

A CVM editou, em 13 de outubro, a Resolução CVM nº 170, que tem por objetivo ajustes pontuais nos arts. 95 e 132 de Resolução CVM 135 para, respectivamente: (i) ajustar a redação do normativo à metodologia para definição de grandes lotes de ações; (ii) esclarecer que não cabe recurso ao Colegiado das decisões de competência da SMI relacionadas a pedido de ressarcimento por parte do mecanismo de ressarcimento de prejuízos (MRP) mantido por entidade administradora de mercado organizado de bolsa.

Previc busca informações para realização da Avaliação de Resultado Regulatório da Instrução Previc nº 12, de 21 de janeiro de 2019

A Previc disponibilizou questionário para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) sobre a seleção e acompanhamento de prestadores de serviço de administração de carteiras de valores mobiliário e de fundo de investimento, que irá subsidiar a produção da Avaliação de Resultado Regulatório da Instrução Previc nº 12, de 21 de janeiro de 2019, conforme previamente estipulado na Agenda de ARR.



Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

ANTAQ aprova documentação referente à licitação da área STS10, em Santos (SP)

Em 7 de outubro, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), por meio da Deliberação-DG nº 132/2022, aprovou a análise das contribuições referentes à Audiência Pública nº 06/2022, que trata sobre a licitação para o arrendamento da instalação portuária denominada STS10, localizada no Porto Organizado de Santos, em São Paulo. Os documentos serão encaminhados ao Ministério da Infraestrutura - MInfra após a incorporação dos ajustes sugeridos pela ANTAQ.

O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral (Tema 1.235) da questão tratada no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1370232), de relatoria do ministro Luiz Fux. No julgamento, o STF manteve seu entendimento de que a iniciativa para legislar sobre telecomunicações e radiodifusão é privativa da União (artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal).

ANTAQ divulga estimativas que indicam o aumento de fiscalizações em portos brasileiros de 26,4% no terceiro trimestre

Em 11 de outubro de 2022, a ANTAQ divulgou que o balanço do último trimestre, de julho a setembro, apresenta um aumento de 26,4% das ações fiscalizatórias em comparação ao mesmo período de 2021, sendo 1.301 ações realizadas este ano, contra 1.029 no ano passado. Para mais informações, acesse o [Painel Aberto de Fiscalização da Agência](#).

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

ANTT aprova redução dos valores da tabela frete

Em 4 de outubro, a ANTT publicou a atualização da tabela do piso mínimo do frete do transporte rodoviário de carga. A Portaria Suroc nº 219 proporciona uma redução média nos valores de -2,89% a -3,68, dependendo do tipo de carregamento.

ANTT divulga abertura de Audiência Pública sobre concessão da BR-040/GO/MG

Em 7 de outubro, a ANTT publicou a abertura da Audiência Pública nº 9/2022, que tem como objetivo colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e de Contrato de Concessão, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, os quais visam a concessão do lote rodoviário composto pelas rodovias BR040/GO/MG, entre os municípios de Cristalina/GO e Belo Horizonte/MG. O período para envio de contribuições será do dia 17 de outubro de 2022 até as 18 horas do dia 1º de dezembro de 2022. Maiores informações, acesse [Participação Social - Audiência Pública nº 9/2022](#).

ANTT divulga abertura de Audiência Pública sobre concessão do sistema rodoviário da BR-116/158/290/392/RS

Em 7 de outubro, a ANTT publicou a abertura da Audiência Pública nº 10/2022, que tem como objetivo colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e de Contrato de Concessão, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão do sistema rodoviário da BR-116/158/290/392/RS. O período para envio de contribuições será do dia 17 de outubro de 2022 até as 18 horas do dia 1º de dezembro de 2022. Maiores informações, acesse [Participação Social - Audiência Pública nº 10/2022](#).

Superior Tribunal de Justiça

DIREITO ADMINISTRATIVO,
DIREITO URBANÍSTICO. REsp
1.997.590-PE, Rel. Min.
Mauro Campbell Marques,
Segunda Turma, por
unanimidade, julgado em
04/10/2022, DJe
06/10/2022.

Tema: Reintegração de
Posse. Imóveis localizados
às margens de ferrovia.
Extensão da faixa atingida.
Soma da faixa de domínio
com a faixa não edificável.
Destaque: A faixa não
edificável às margens de
ferrovia, prevista na Lei n.
6.766/1979, se inicia ao final
da faixa de domínio.

DIREITO ADMINISTRATIVO,
DIREITO CIVIL, DIREITO
PROCESSUAL CIVIL
REsp 1.635.716-DF, Rel.
Min. Regina Helena Costa,
Primeira Turma, por
unanimidade, julgado em
04/10/2022, DJe
11/10/2022.

Tema: Prescrição
quinquenal.

Destaque: Aplica-se a
prescrição quinquenal do
Decreto n. 20.910/1932 às
empresas estatais
prestadoras de serviços
públicos essenciais, não
dedicadas à exploração de
atividade econômica com
finalidade lucrativa.

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

ANAC inicia processo de elaboração da Agenda Regulatória 2023-2024

A ANAC receberá contribuições, entre os dias 10 de outubro e 04 de novembro de 2022, sobre os temas de atuação prioritária para a Agenda Regulatória 2023-2024. A Agenda Regulatória é um planejamento bianual que reforça o modelo de transparência e participação social que norteia a ANAC. As contribuições poderão ser realizadas por meio de formulário disponibilizado no site da agência reguladora. Além disso, a ANAC programou para os dias 19 e 20/10 uma série de sessões públicas a serem realizadas de forma online no canal oficial da ANAC no Youtube.

ANAC disponibiliza relatório de segurança operacional e divulga novo painel interativo de informações

Em 7 de outubro, a ANAC disponibilizou o Relatório Anual de Segurança Operacional (RASO) 2021, que tem por objetivo promover o estímulo à melhoria contínua do desempenho do transporte aéreo e da proteção e defesa das operações do setor. O documento apresenta informações sobre diversos aspectos das ocorrências aeronáuticas, no período de 2017 a 2021.

Alta de 170% no combustível de aviação impacta preço do bilhete aéreo em julho

O painel de indicadores de tarifas aéreas domésticas, divulgado nesta quarta-feira, 5 de outubro, indica um aumento de 20,8% no preço médio real da tarifa, em comparação a 2019. Nos últimos três anos, o querosene de aviação (QAV) teve um aumento bastante expressivo, da ordem de aproximadamente 170%.

Tribunal de Contas da União

TCU aprova normativo sobre a prescrição de seus processos

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023 apresenta desequilíbrio na renúncia de receitas

Tribunal realiza auditoria sobre operações de crédito feitas com recursos dos fundos constitucionais

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Anvisa aprova novo marco normativo para registro de medicamentos novos e inovadores

Foram publicadas pela Anvisa, em 6 de dezembro, a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 753, de 28 de setembro de 2022 e a Instrução Normativa (IN) 184, de 28 de setembro de 2022. [...] A RDC 753 traz a revisão da RDC 200/2017 e tem por objetivo rever os critérios para a concessão do registro de medicamentos de uso humano com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, inovadores, genéricos e similares. Por sua vez, a IN 184 dispõe sobre a definição dos assuntos disponíveis para o protocolo administrativo das solicitações de registro de medicamentos sintéticos e semissintéticos enquadrados como novos e inovadores.

Anvisa divulga orientações sobre controle microbiológico de cosméticos

Em 03 de outubro entrou em vigor a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 752/2022, que trata da regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes. Esta é a primeira etapa de adequação desses produtos. Para tirar dúvidas em relação aos parâmetros para controle microbiológico desses produtos, previsto no artigo 28 da RDC, e para dar mais celeridade às análises, a Anvisa publicou a Nota Técnica 31/2022/SEI/GHCOS/Dire3/Anvisa com orientações sobre o cumprimento de requisitos técnicos obrigatórios.

Autorizado ensaio clínico de nova vacina para Covid-19

A Anvisa publicou, em 3 de outubro, a autorização para a condução de um ensaio clínico que terá como produto investigacional a SpiN-Tec MCTI UFMG, uma candidata à vacina para Covid-19, desenvolvida no CT vacinas da UFMG.

Anvisa atualiza lista de empresas envolvidas no caso do propilenoglicol contaminado

Em 4 de outubro, a Anvisa atualizou a lista de empresas envolvidas no caso de contaminação do propilenoglicol com monoetilenoglicol.

Acórdão 2147/2022 -
Plenário. TC 012.956/2022-
8. Fiscalização do processo
de desestatização relativo à
concessão de serviços de
apoio à visitação,
revitalização,
modernização, operação e
manutenção dos serviços
turísticos no Parque
Nacional da Chapada dos
Guimarães (PNCG).

O TCU analisou o processo
de desestatização para
concessão de serviços
turísticos no Parque
Nacional da Chapada dos
Guimarães (PNCG), que
ocorrerá na forma de leilão.
O vencedor será a empresa
que oferecer à União o
maior valor de outorga, que
não poderá ser inferior a R\$
925,81 mil. A análise
concluiu que há necessidade
de ajustes no edital antes da
sua publicação, como
modificações na cláusula
que trata do uso da
arbitragem para reduzir
controvérsias na aplicação
das normas contratuais que
envolvam direitos
patrimoniais disponíveis. O
Tribunal também
recomendou modificações
no caderno de encargos de
forma a prever prazos
máximos de execução dos
investimentos previsto.

SAÚDE SUPLEMENTAR

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

ANS regulamenta Análise de Impacto Regulatório

A ANS aprovou, em reunião da Diretoria Colegiada realizada em 10 de outubro a Resolução Normativa nº 548, que dispõe sobre o processo Análise de Impacto Regulatório (AIR) e sobre o processo de Participação Social no âmbito da ANS. Em 2021 foi realizada a Consulta Pública nº 86 sobre o tema, por meio da qual foram recebidas 249 contribuições, sendo a grande maioria sobre a simplificação do texto, sem impacto no objeto final. Segundo a ANS, 33% das sugestões foram completa ou parcialmente acatadas.

Webinar da ANS debate proposta de sandbox regulatório prudencial

A ANS) promoveu, em 6 de outubro, o webinar ‘Sandbox Regulatório Prudencial na Saúde Suplementar’, com o objetivo de reunir contribuições sobre a possibilidade de a agência permitir a criação de ambientes regulatórios experimentais, instrumento que possibilita empresas ou instituições a operar temporariamente, dentro de regras econômico-financeiras diferenciadas, para desenvolver projetos inovadores previamente aprovados pelo órgão regulador.

ANS prorroga prazo para Tomada de Subsídios sobre a Agenda Regulatória 2023-2025

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) prorrogou o prazo para participação social na Tomada Pública de Subsídios (TPS), com o objetivo de aumentar as contribuições e sugestões da sociedade para a definição da sua Agenda Regulatória 2023-2025. O novo prazo para contribuições vai até 18 de outubro de 2022.

ANS abre Consulta Pública 103

A ANS divulgou a abertura da Consulta Pública nº 103 para colher contribuições à atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Desta vez, a proposta é referente à inclusão do medicamento certolizumabe pegol, para o tratamento de psoríase, em placas moderada a grave, em adultos corridos. O prazo para manifestações a se encerra em 24 de outubro.

Opinião

Armadilhas de uma "regulação sem fronteiras" à política regulatória nacional
- Natasha Schmitt Caccia Salinas

Papel da sanção na melhoria dos serviços públicos e demais atividades reguladas
- Alice Voronoff e Flavine Meghy Metne Mendes

Direito público nos programas de governo - Vera Monteiro

A multiplicidade institucional na Lei de Improbidade Administrativa
- Mariana Mota Prado

Auditor Highlights Trump Administration's Deregulatory Failure - Axel Sarkissian

Good Stablecoin Legislation Is Worth Waiting For - By Nicholas Anthony, Norbert Michel, Jennifer J. Schulp, & Jack Solowey

After West Virginia vs EPA Case, How Can We Protect Public Health?

TELECOMUNICAÇÕES

Agência Nacional de Telecomunicações

Novas regras contra chamadas indesejadas estão em vigor

Entrou em vigor em 3 de outubro, o novo Procedimento para a Atribuição e Designação de Recursos de Numeração, aprovado pelo Ato nº 13.672/2022 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). As novas regras complementam o trabalho que a Agência desenvolve para reduzir o volume de chamadas indesejadas. Mantém-se a obrigatoriedade de uso do prefixo 0303 para o exercício de atividades de telemarketing ativo.

Anatel publica Tomada de Subsídios sobre sistemas de telecomunicações do Serviço Limitado Privado

Em 14 de outubro, a Anatel abriu uma Tomada de Subsídios para coletar informações da sociedade quanto aos aspectos técnicos relacionados ao uso do espectro de radiofrequências por sistemas de telecomunicações associados ao Serviço Limitado Privado. Por meio da Consulta Pública nº 74/2022, de responsabilidade Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR), a Tomada de Subsídios recebe contribuições até 12 de dezembro de 2022.

ENERGIA

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP)

ANP disponibiliza agenda e relatórios de avaliação de resultado regulatório (ARR)

Em 13 de outubro, a ANP divulgou em seu site uma página contendo os relatórios e a agenda de suas avaliações de resultado regulatório (ARR). No momento, a Agência conta com uma ARR concluída, referente à Resolução ANP nº 795/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de dados de preços relativos à comercialização de derivados de petróleo e biocombustíveis por produtores, importadores e distribuidores.

Publicações

Direito Administrativo e Alternative Dispute Resolution - Leila Cuéllar, Egon Bockmann Moreira, Flávio Amaral Garcia, Elisa Schmidlin Cruz

Mecanismos de Equilíbrio Econômico-Financeiro Ana Paula Peresi de Souza

Diálogo competitivo - Guilherme Reisdorfer

(Crypto) Exchanges as Regulators? - Yesha Yadav

Eventos

Fall 2022 Joint Course Offering: Regulatory Economics for Food, Health, and Environmental Risk & Safety Management

The Rise of ESG and the Future of Financial Regulation - The 2022 Cato Summit on Financial Regulation

ANP aprova resolução sobre aquisição, processamento e reprocessamento de dados, elaboração de estudos e acesso a dados técnicos

Em 06 de outubro, a Diretoria da ANP aprovou a Resolução ANP nº 889/2022, que revisa a Resolução ANP nº 757/2018, que regula as atividades de aquisição e processamento e reprocessamento de dados, elaboração de estudos e acesso aos dados técnicos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, nas bacias sedimentares brasileiras. A revisão da resolução busca simplificar as normas e incorporar algumas demandas do setor.

ANP recebe contribuições para estudo sobre melhorias no sistema de Oferta Permanente

A ANP recebeu até 17 de outubro contribuições das empresas do setor de petróleo e gás natural para subsidiar uma análise de impacto regulatório (AIR) sobre o procedimento de licitação de blocos para exploração, reabilitação e produção de petróleo e gás natural, com foco no sistema de Oferta Permanente.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Em cumprimento à decisão judicial, ANEEL abre Consulta Pública para análise da revisão tarifária extraordinária da Light

Em 11 de outubro, a ANEEL autorizou a abertura de Consulta Pública (CP047/2022) a partir de 13 de outubro para receber contribuições para a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da distribuidora Light Serviços de Eletricidade S/A, do Rio de Janeiro, sobre a devolução de créditos do PIS/Cofins aos consumidores. A decisão do colegiado da Agência atende estritamente medida judicial do Tribunal Regional Federal (TRF/1) da 1ª Região. A Light contesta a devolução, definida pela Lei nº 14.385/22, que disciplinou a matéria que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da Cofins.

Por meio de consulta pública, ANEEL discute indicadores DEC e FEC de dez permissionárias

A ANEEL aprovou, em 11 de outubro, a abertura de consulta pública para discutir a fixação de limites dos indicadores de continuidade DEC e FEC referentes a dez permissionárias que assinaram Contrato de Permissão em 2018. Interessados devem enviar contribuições entre 14 de outubro e 28 de novembro de 2022 para o e-mail cp049_2022@aneel.gov.br.



Sandboxes tarifários

Em 7 de outubro, a ANEEL informou que recebeu 10 manifestações de grupos de concessionárias de distribuição de energia, representando um total de 33 empresas, com 22 temas para participação na Primeira Chamada Pública de Sandboxes Tarifários. De acordo com o cronograma da chamada pública, as interessadas têm até 27 de dezembro para envio de cada proposta de projeto, que será avaliada pelo Comitê de Gestão e autorizada pela ANEEL.

ANEEL aprova novo regulamento para Procedimentos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PROPDI

A ANEEL aprovou, em 4 de outubro, o aprimoramento da Resolução Normativa e de novos Procedimentos para regulação do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI da ANEEL. O novo regulamento passará a vigorar a partir de 1º de julho de 2023. A principal mudança estrutural em relação aos procedimentos anteriores regulados pela ANEEL é que a Inovação é a principal finalidade do PROPDI, que utilizará como meio os instrumentos pertinentes de pesquisa e desenvolvimento já regulados, acrescidos de outros que possam representar novas formas de aplicação, tais como startups.



ANA lança boletim que facilita acesso a dados atualizados sobre usos da água

Em 06.10.2022, a ANA lançou o Boletim do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH). Segundo a agência, a publicação permitirá o acesso às informações sobre os usos da água, que são utilizadas para pesquisas acadêmicas, implantação de empreendimentos, entre outras finalidades. Com o Boletim, quem usa o Sistema saberá o que há de novo sem a necessidade de consultar todo o conteúdo disponível.

Programa QUALIÁGUA é tema da Avaliação de Resultado Regulatório da ANA em 2022

EM 03.10.2022 foi publicada a Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para 2022. O tema da avaliação deste ano, que deve ser concluída até 31 de dezembro, é o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (QUALIÁGUA), estabelecido pela Resolução nº 643/2016 e pela Resolução nº 644/ 2016.